



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

ATA DE REUNIÃO DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 - **Aos dias 15 de outubro de 2019**, às dez horas, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde
2 (CNDS) “O Milton Visconde” Ministério da Saúde, localizado na Esplanada dos Ministérios,
3 Bloco G, Anexo B, 1º andar – Brasília/DF, realizou-se 57ª Reunião Ordinária do Conselho
4 Nacional dos Direitos da Mulher. A reunião foi presidida pela Secretária Nacional de Políticas
5 para as Mulheres e Presidente do Conselho **Cristiane Rodrigues Britto** e a Secretária Adjunta
6 da Secretaria de Políticas para as Mulheres e Vice- Presidente do Conselho **Roseane Cavalcante**
7 **de Freitas Estrela**; Estavam presentes as **Conselheiras Representantes da Sociedade**
8 **Governamental: Maria Isabel Souza Teixeira** (MCTIC); **Naiany Bolognessi Hruschka**
9 **Salvadori** (SNPPIR/MMFDH); **Bruna Beck da Costa** (ME); **Margareth Cristina de Almeida**
10 **Gomes** (M. Cidadania); **Maria Fernanda Briceño** (MJ); **Kênia Oliveira** (MMA).
11 **Representantes da Secretária Nacional de Políticas para Mulheres** (SNPM): **Maria Crislane**
12 **Pereira Pinto** (Coordenadora CNDM/MMFDH); **Carolina Sanchez Gomes** (Assessora do
13 Gabinete da SNPM); **Edileide Lopes**; **Irene Antunes dos Passos**; **Ana Rita Lima e Rosemberg**
14 **Sales**. **Convidada** **Teyla P. Santos** (ONCB- MS); **Conselheiras Representantes da Sociedade**
15 **Civil: Andremara dos Santos** (Notório Conhecimento); **Chopelly Pereira dos Santos**
16 (ANTRA); **Celina Alves Padilha Arêas** (CTB); **Cleide Silva Pereira Pinto** (FENATRAD);
17 **Cristiane Yukiko Kondo** (Parto do Princípio); **Deusimar Corrêa** (Rumkpamey Héviôsô
18 Zoonokum Mean); **Eunice Aparecida da Cruz** (BPW Brasil); **Evelin Cavalini Santana** (ABL);
19 **Jeanete Assad Mazzeiro** (FMM Brasil); **Jureuda Duarte Guerra** (CFP); **Laudelina Inácio da**
20 **Silva** (ABMCJ); **Lucimara Cavalcante** (AMSK); **Isis Tavares Neves** (CNTE); **Mara Luzia**
21 **Feltes** (CUT); **Maria de Lourdes Barreto** (Notório Conhecimento); **Maria Dirlene Trindade**
22 (Rede Feminista); **Thatiane Nicácio de Araújo** (Art Jovem LGBTT); **Telma Nantes de Matos**
23 (ONCB); **Rosa Melo** (CMB); **Sônia Maria Zerino da Silva** (CNTI) e **Vanja Andréa Santos**
24 (UBM). **Abertura da 57ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das**
25 **Mulheres**: A Vice-Presidente **Roseane Cavalcante de Freitas Estrela**, abriu a
26 reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todas. Posteriormente passou para o
27 próximo item da Pauta. **Informes, Leitura e Aprovação da Pauta**: Em meio aos debates e
28 sugestões para pauta, a Secretária Adjunta **Rosinha** relatou o que foi discutido na comissão da V
29 Conferência; o orçamento previsto para o próximo ano comparado ao valor da última Conferência,
30 se seria impossível realizar no mesmo formato. Propôs trabalhar o quanto antes ajuste da estrutura
31 e tamanho da conferência. A Conselheira **Chopelly** comentou que esteve na reunião da comissão
32 Organizadora de Pernambuco e entregará os documentos regulamentadores, regimento, circuito
33 de Conferências Municipais e Estadual que está sendo feito por lá. A Secretária **Rosinha**,
34 informou que o decreto ainda na avaliação da CONJUR; expôs a pendência do PRODOC, que a
35 pedido da **ONU** houve prorrogação de prazo para assinatura, por pequeno atraso na renovação e
36 um primeiro contato com a **FLACSO**, a instituição que irá contribuir na Consultoria e elaboração
37 do texto base, documento norteador para Municípios e Estados realizarem as conferências.
38 Ressaltou, que alguns Estados estão se mobilizando pela Resolução publicada por este Conselho
39 na reunião passada. Reforçou sobre considerar o cenário econômico, previsão de orçamento e a
40 necessidade de trabalhar o quanto antes nos ajustes da estrutura da Conferência: espaço físico,
41 atividades culturais, transporte, hospedagem e alimentação de delegadas, bem como número de
42 participantes. A Presidente **Cristiane Britto** esclareceu o previsto no Regimento Interno sobre o
43 custeio de passagens para delegadas e citou exemplos da última conferência, citou o que
44 conselheira **Evelin** falou sobre a garantia da representatividade, diversidade, orçamento, emendas
45 parlamentares e o fortalecimento das políticas para mulheres, parcerias junto Caixa Econômica
46 Federal, Banco do Brasil. Conselheira **Sônia** perguntou sobre os encaminhamentos do Ministério
47 para a Conferência, em resposta a Secretária **Rosinha** esclareceu que há o interesse de realizar
48 todas as conferencias previstas: Juventude, Criança e Direitos Humanos cada uma com suas



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

49 especificidades e custo e as alternativas são as parcerias. Como esclarecimento a presidente
50 Cristiane Britto, concordou com a composição, representatividade hegemonia, também citou
51 alguns exemplos dos gastos da conferência anterior de dez milhões, a previsão orçamentária para
52 a Secretaria para o próximo ano é baixíssima, na faixa de cinco milhões. Agradeceu as sugestões
53 de buscar com a bancada feminina do Senado e Câmara e articular com parlamentares envolvidos
54 com as políticas para mulheres. Foram apresentados exemplos de alguns Estados na fala das
55 Conselheiras Chopelly, Jeanete e Rosinha quanto a articulação para levantamento de recursos,
56 questões de violência e feminicídio. Conselheira Chopelly, leu no pleno, ofício da Secretaria da
57 Mulher de Pernambuco referente à V conferência e em seguida entregou ofício à Presidente do
58 Conselho Cristiane Brito, com os seguintes documentos em anexo: decreto número quarenta e
59 sete mil duzentos e dezenove barra dezenove, da convocação da Conferência pelo Governador
60 do Estado de Pernambuco, regimento interno da Quinta Conferência Estadual de Políticas para
61 as Mulheres de Pernambuco. Foi entregue também à Presidente do Conselho Cristiane Britto,
62 através da Conselheira Laudelina, em nome da ABMCJ, ofício convite referente a Conferência
63 Internacional das Mulheres de Carreira Jurídicas no período do dia 20 a 23 de novembro de 2019
64 em Goiânia. A Conselheira Isis, pediu a palavra e falou um pouco sobre os trabalhadores e
65 trabalhadoras da educação, da sua importância, no crescimento das pessoas, das conquistas.
66 Sugeriu uma Moção de Aplausos a esses trabalhadores que resistem, que faz a educação do nosso
67 país tão importante. Retomando ao item, após debates, e alterações a Pauta foi aprovada pelo
68 pleno, que constará como ANEXO. **Aprovação da Ata da 55ª Reunião Ordinária** – A
69 Conselheira Cristiane Kondo, solicitou algumas alterações. Enquanto é conferido as alterações
70 solicitadas pela Conselheira, segue o próximo item da pauta. **Aprovação da Ata da 1ª Reunião**
71 **Extraordinária.** A Conselheira Evelin solicitou 2 correções e após os reajustes, Ata da 1ª
72 Reunião Extraordinária foi aprovada por unanimidade. **PAUSA PARA O ALMOÇO.** Após
73 retorno algumas Conselheiras solicitaram cópias do Ofício que foi encaminhado aos estados,
74 informando que o estado tem uma conselheira que faz parte do conselho, sugerindo que as pautas
75 sejam tratadas com elas também e principalmente com relação à V Conferência. A Presidente do
76 Conselho autorizou a entrega das cópias. A Conselheira Cristiane Kondo, pediu a palavra e
77 informou da dificuldade em localizar o trecho que provoca a fala da Conselheira Francimar, na
78 Ata da 55ª RO do CNDM. A mesma, solicitou voltar a esse ponto de Pauta no dia Seguinte para
79 localizar com calma o trecho a ser inserido. Conforme acordado pelo Pleno foi disponibilizado o
80 áudio da 55ª Reunião Ordinária do CNDM para conselheira Cristiane Kondo, para ser localizado
81 o trecho a ser inserido na ata da 55ª Reunião Ordinária do CNDM. **Apresentação do Grupo de**
82 **Trabalho da V Conferência.** Foi apresentado ao pleno o Projeto para V Conferência Nacional
83 de Políticas para Mulheres. Após a leitura do projeto VCNPM, a Conselheira Chopelly, comentou
84 o primeiro destaque, sobre a sigla LGBT, informando que o “G” se refere aos homens gays e eles
85 não estão na política de mulheres. Em meio à debates sobre o destaque, a Conselheira Andremara,
86 sugeriu o seguinte texto: Não há dados oficiais sobre os estupros coletivos de mulheres lésbicas
87 e de homicídios de mulheres trans, apesar de o Brasil ocupar um lugar de destaque na violência
88 contra as mulheres LBTs e trabalhadoras sexuais. Após um longo debate sobre o assunto, a
89 Secretária Rosinha, colocou em votação o recorte no texto das mulheres lésbicas e trans, onde foi
90 aprovado pelo pleno por unanimidade. Prosseguiu-se então na construção do texto da inclusão da
91 questão das mulheres lésbicas e trans. Após sugestões e debates o texto aprovado foi: “Não há
92 dados oficiais sobre os estupros coletivos de mulheres lésbicas e de homicídios de mulheres trans,
93 apesar do Brasil ocupar um lugar de destaque na violência contra as mulheres LBTs e
94 trabalhadoras sexuais. Assim também não se têm dados sobre a violência contra mulheres com
95 deficiências, indígenas e de comunidades tradicionais entre outras mulheres que são
96 invisibilizadas pelas suas vulnerabilidades. “Passou-se então para o segundo destaque do texto, o
97 parágrafo que fala da posse ilegal de armas de fogo. Após debates e sugestões foi aprovado pelo
98 pleno a retirada do texto o trecho: ‘aliado até quarenta e dois virgula quatro por cento’. Foi se
99 então para o próximo destaque, onde fala da previsão orçamentária. A Conselheira Dirlene, fez



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

100 uma proposta de detalhar um pouco mais o que seria a infraestrutura, logística, hospedagem,
101 alimentação. A Secretária Cristiane Britto abriu a mesa para votação e foi aprovado a proposta
102 de ampliar o texto com mais detalhes sobre a previsão orçamentária. Ficou acordado também
103 pelo pleno, apresentação de proposta do um novo texto, para o dia seguinte desta plenária. Passou-
104 se para o próximo item da pauta: **Formação das Subcomissões da Conferência:** A
105 Coordenadora Crislane, explicou sobre a formação das subcomissões que são quatro. 1-
106 Comissão Temática e de Relatoria, 2- Comissão de Comunicação e Cultura, 3- Comissão de
107 Articulação e Mobilização e 4- Comissão de Infraestrutura e Logística. Informou ainda que cada
108 uma delas será composta por duas representantes da Sociedade Civil e duas da Governamental.
109 Explicou ainda que depois, conforme o trabalho fosse um pouco mais árduo, chegando mais perto
110 da Conferência, poderá ampliar este número. A Conselheira Cristiane Kondo, solicitou a leitura
111 das atribuições das comissões para um melhor entendimento dos trabalhos de cada comissão. A
112 coordenadora Crislane, fez a seguinte leitura: O artigo dezesseis, fala sobre a Comissão Temática
113 e de relatoria, composta de no mínimo duas conselheiras da sociedade civil e duas
114 governamentais, com o mesmo número de suplentes. Compete: Propor o roteiro e acompanhar a
115 elaboração do texto base da V Conferência; organizar os temas de referência do tema central e os
116 eixos temáticos, visando subsidiar a apresentação das expositoras da Conferência; terceiro,
117 propor expositoras para cada mesa temática; quarto, elaborar a relação de subtemas e os roteiros
118 para os grupos de trabalho; quinto, elaborar o texto para a apresentação dos relatórios das
119 conferências estaduais e do Distrito Federal e orientar seu preenchimento; sexto, consolidar os
120 relatórios das conferências estaduais e do DF para discussão na etapa Nacional; sétimo, formular
121 proposta de metodologia e coordenar a consolidação dos grupos de trabalhos na etapa Nacional;
122 oitavo, elaborar, organizar e acompanhar a publicação do relatório final da V Conferência, junto
123 à Comissão de Comunicação e cultura. A Coordenadora Crislane, pausou a leitura e explicou de
124 forma resumida, que a Comissão de Temática e Relatoria trata de toda a questão temática, tanto
125 que vem dos estados, quanto da Conferência Nacional e trata também sobre todos os documentos
126 da Conferência, tanto da elaboração deles, como a compilação e aprovação, vindo dos estados
127 que é aquelas temáticas construídas nos relatórios e as propostas dos estados e também chancela
128 todos os documentos da Conferência Nacional, assim como relatório final. Após debates das
129 conselheiras o pleno decidiu fazer primeiro as eleições das Câmaras e posteriormente voltaria ao
130 item das subcomissões. Após à leitura do regimento interno do CNDM, das câmaras, iniciou se
131 as eleições das câmaras. **1º - Câmara Técnica de Legislação e Normas.** Conselheiras inscritas
132 da Sociedade Civil: Lucimara – AMSK, Dirlene – Rede Feminista, Isis – CNTE, Sônia – CNTI,
133 Cleide – FENATRAD. Conselheira inscrita da governamental: Maria Fernanda – Ministério da
134 Justiça, precisa de mais duas. Como são quatro representantes da sociedade civil, após a
135 observação de duas delas residirem em Brasília, a Conselheira Lucimara- AMSK manifestou pela
136 suplência. Pelo pequeno *quórum* Governamental, foi sugerido encaminhar um e-mail para a
137 composição destas representações, perguntando quem quer compor as câmaras Técnicas e
138 Subcomissões. A sugestão foi aprovada pelo pleno e o registro de ser apenas uma suplente nesta
139 Câmara. **2º Câmara Técnica de Assuntos Internacional.** Conselheiras inscritas da Sociedade
140 Civil: Eunice – BPW, Jeanete – FMM, Andremara – ABA, Laudelina – ABMCJ e Celina – CTB.
141 Como teve cinco candidatas, a Conselheira Andremara, se candidatou para fazer parte da
142 Suplência. Conforme acordado pelo Pleno, vai ser enviado e-mail para as Conselheiras da
143 Governamental se indicarem. **3º Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional de**
144 **Políticas para as Mulheres.** Conselheiras inscritas da Sociedade Civil: Evelin – ABL, Deusimar
145 – Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean, Vanja – UBM, Cristiane Kondo – Parto Princípio,
146 Rosa Melo – CMB, Jureuda – CFP e Lourdes Barreto. A Coordenador Crislane, informou que
147 tem sete candidatas inscritas e como tem só quatro vagas para titulares, foi perguntado quem se
148 habilitava para ser suplente. A Conselheira Rosa Melo se habilitou para ficar na suplência. Como
149 não ouve mais manifestações sobre que ficaria na suplência, foi acordado pelo pleno, voltar nesse
150 ponto, um pouco mais à frente, para que as candidatas possam se reunir e decidirem entre si.



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

151 Voltando para segunda parte, a Conselheira Kênia Oliveira, do MMA se candidatou para fazer
152 parte da Câmara, a demais será feito por e-mail. **4º Câmara de Planejamento e Orçamento:**
153 Conselheiras inscritas da Sociedade Civil: Chopelly – ANTRA, Telma – ONCB, Mara Feltes –
154 CUT. A Conselheira Cleide- FENATRAD, pediu para sair da Câmara de Legislação e Norma
155 para entrar na Câmara de Planejamento e Orçamento. A Coordenadora Crislane, esclareceu que
156 a Conselheira Cleide saiu da Câmara de Legislação e Norma, e está indo para a Câmara de
157 Planejamento e Orçamento. Sendo assim a Conselheira Lucimara que era suplente, passou a ser
158 titular. A Conselheira Chopelly, informou que o FONATRANS, não estava presente mais deixou
159 claro seu desejo de continuar na suplência da Câmara de Planejamento e Orçamento. Foi fechada
160 então a Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento. Titulares: Chopelly, Telma, Mara Feltes
161 e Cleide. Suplência: Jovanna Baby. Governamental: Isabel Rocha – MCTI. Retomou -se então a
162 questão da Câmara de Planejamento e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as
163 Mulheres, para decidir quem serão as titulares. Foi estabelecido com aprovação do Pleno o
164 critério de que cada conselheira inscrita na câmara votaria nominalmente nas quatro conselheiras
165 titulares que ficariam com a titularidade da Câmara técnica de Monitoramento do Plano Nacional
166 de Políticas para as Mulheres. A Conselheira Andremara, fez apuração dos votos no pleno: Evelin
167 teve dezesseis votos, Deusimar doze votos, Cristiane Kondo nove votos, Vanja dezesseis votos.
168 A Conselheira Cristiane Kondo, pediu a palavra e solicitou coloca-la na terceira suplência. A
169 Câmara ficou com a seguinte formação: Conselheiras Titulares: Evelin, Deusimar, Vanja e
170 Jureuda. Suplência: Rosa Melo, Lourdes Barreto e Cristiane Kondo. **FIM do dia 15 de outubro**
171 **de 2019. Aos dias 16 de outubro de 2019**, às dez horas, no Plenário do Conselho Nacional de
172 Saúde (CNDS) “Omiton Visconde” Ministério da Saúde, localizado na Esplanada dos
173 Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar – Brasília/DF, realizou-se a continuidade da 57ª Reunião
174 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A reunião foi presidida pela Secretaria
175 Nacional de Políticas para as Mulheres e Presidente do Conselho **Cristiane Rodrigues Britto** e
176 a Secretaria Adjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres e Vice-Presidente do Conselho
177 **Roseane Cavalcante de Freitas Estrela**. Estavam presentes as **Conselheiras Representantes**
178 **da Sociedade Governamental: Emily Rayanne Coelho Silva** (SNPG/MMFDH); **Maria Isabel**
179 **Souza Teixeira** (MCTIC); **Naiany Bolognessi Hruschka Salvadori** (SNPPIR/MMFDH);
180 **Kênia Oliveira** (MMA) **Mariane Cortat** (MJ). **Representantes da Secretária Nacional de**
181 **Políticas para Mulheres** (SNPM): **Maria Crislane Pereira Pinto** (Coordenadora
182 CNDM/MMFDH); **Carolina Sanchez Gomes** (Assessora do Gabinete da SNPM); Edileide
183 Lopes; Irene Antunes dos Passos; Ana Rita Lima e Rosemberg Sales. **Convidada: Teyla P.**
184 **Santos** (ONCB- MS). **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil: Andremara dos**
185 **Santos** (ABA); **Chopelly Pereira dos Santos** (ANTRA); **Celina Alves Padilha Arêas** (CTB);
186 **Cleide Silva Pereira Pinto** (FENATRAD); **Cristiane Yukiko Kondo** (Parto do Princípio);
187 **Deusimar Corrêa** (Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean); **Eunice Aparecida da Cruz** (BPW
188 Brasil); **Evelin Cavalini Santana** (Articulação Brasileira de Lésbicas); **Jeanete Assad**
189 **Mazzeiro** (FMM Brasil); **Jureuda Duarte Guerra** (CFP); **Laudelina Inácio da Silva**
190 (ABMCJ); **Lucimara Cavalcante** (AMSK); **Isis Tavares Neves** (CNTE); **Mara Luzia Feltes**
191 (CUT); **Maria de Lourdes Barreto** (Notório Conhecimento); **Maria Dirlene Trindade** (Rede
192 Feminista); **Thatiane Nicácio de Araújo** (Art Jovem LGBTT); **Telma Nantes de Matos**
193 (ONCB); **Rosa Melo** (CMB); **Sônia Maria Zerino da Silva** (CNTI) e **Vanja Andréa Santos**
194 (UBM). **Abertura e Continuação da 57ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos**
195 **Direitos das Mulheres:** A Vice-Presidente Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, abriu a
196 reunião cumprimentando à todas. Iniciou se então com **Aprovação da Ata da 55ª RO CNDM.**
197 A Conselheira Cristiane Kondo, pediu à palavra e informou que não teve tempo hábil para
198 verificar todo o áudio que foi encaminhado. Sendo assim retirou a sua substituição na ata. A
199 Secretária Rosinha, perguntou para o pleno se todas estavam em comum acordo com as correções
200 feitas no dia anterior da ata da 55ª RO CNDM. A Conselheira Dirlene, da Rede Feminista de
201 Saúde se absteve do voto pela ausência na reunião. **A ata da 55ª RO do CNDM foi aprovada. A**



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

202 Conselheira Dirlene, apresentou a redação do último item do projeto que é sobre a previsão
203 orçamentária. No item três na proposta anterior estava o seguinte: “As despesas para a realização
204 da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres têm previsão sete milhões para
205 infraestrutura, logística, comunicação, hospedagem, alimentação”. Foi proposto só desdobrar um
206 pouco o texto. Ficou então: “Para dar conta de realizar uma Conferência Nacional de Política das
207 Mulheres do porte aqui apresentado, fizemos uma previsão orçamentaria tendo como referência
208 o que foi necessário para a Quarta Conferência, incluindo hospedagem, categoria com
209 acessibilidade, locação de espaço, recursos humanos para garantir de todo funcionamento do
210 evento, montagens e mobilidades, serviços técnicos de equipamentos, materiais, pagamento a
211 terceiros. Em anexo, segue a previsão orçamentaria detalhada para aqueles que quiserem maiores
212 esclarecimentos”. Após leitura do texto a Secretária Rosinha colocou o texto para aprovação do
213 pleno, no qual foi aprovado por unanimidade o novo texto apresentado pela Conselheira Dirlene.
214 Próximo item **apresentação dos relatórios das Câmaras Técnicas.** A relatora Juliana
215 Mendes, fez a seguinte leitura do **Relatório da Câmara Técnica Internacional:** “No dia 14 de
216 outubro de 2019, na Plenária do Conselho Nacional de Saúde “O Milton Visconde”, no anexo B
217 do Ministério da Saúde, realizou-se reunião da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, com
218 a presença de Jeanete Assad Mazzeiro, Presidente do Fórum de Mulheres do MERCOSUL; Rosa
219 Melo, representante da Confederação das Mulheres do Brasil; Celina Alves Padilha Arêas,
220 representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Stéfane Natália Ribeiro e
221 Silva, representante da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Mulher,
222 da Família e dos Direitos Humanos; e Juliana Mendes Rodrigues, representante da Secretaria
223 Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM). Após realizado ciclo de apresentação das
224 participantes, procedeu-se a leitura da ata da reunião do dia 3 de julho de 2019 e, em avaliação,
225 as Conselheiras presentes mostraram insatisfação pelo não cumprimento dos encaminhamentos
226 definidos em ata anterior, assim, reiteram e solicitam o cumprimento dos encaminhamentos
227 abaixo, ainda sem atendimento. 1. Em vista das alterações da equipe do Ministério das Relações
228 Exteriores (MRE), esta Câmara Técnica solicita à Presidência que peça formalmente ao MRE
229 indicação de representantes titular e suplente para compor esta Câmara. 2. Em vista das alterações
230 da equipe da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPPIR), esta
231 Câmara Técnica solicita à Presidência que peça formalmente à SNPPIR indicação de
232 representantes titular e suplente para compor esta Câmara. 3. Dado que a Assessoria Especial de
233 Assuntos Internacionais (ASIN) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
234 (MMFDH) concentra a gestão dos assuntos internacionais de todas as Secretarias pertencentes ao
235 MMFDH, cujas temáticas guardam transversalidade com a temática deste CNDM, esta Câmara
236 Técnica solicita à Presidência que convide formalmente a ASIN a indicar representantes titular e
237 suplente para compor esta Câmara. 4. Considerando o Plano de Trabalho Anual Agosto 2018 –
238 Agosto de 2019 desta Câmara Técnica, solicita-se à Presidência que, logo após recomposta a
239 composição desta Câmara (em decorrência dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 acima), e com o objetivo de
240 cumprir o item 1.a), 1.b) e 1.c) do referido Plano de Trabalho, envie ofício aos representantes das
241 Organizações Internacionais parceiras na temática da mulher, no qual deverá constar: a.
242 Apresentação dos componentes desta Câmara; e b. Pedido de agendamento de reunião entre os
243 componentes desta Câmara e os representantes das Organizações, para que se busque apoio para
244 a concretização de projetos de cooperação com objetivos de fortalecimento do CNDM. 5. Esta
245 Câmara solicita que a Presidente Cristiane Rodrigues Britto encaminhe um ofício aos ministérios
246 que compõem a CTI, confirmando se permanecem as indicações já formalizadas de seus
247 representantes titulares e suplentes para esta Câmara. 6. Esta Câmara reitera a demanda feita na
248 Comissão Política, na reunião do dia 3 de julho de 2019, sobre a efetiva participação de
249 representantes do CNDM em foros internacionais. Ademais, em função da ausência de indicação
250 dos membros governamentais para compor esta Câmara Técnica, a deliberação do Plano de
251 Trabalho Bianual agosto 2019 – agosto 2021 ficou prejudicada. Nesse sentido, informa que, em
252 havendo pelo menos 50% do total componentes da Câmara presentes na próxima reunião (Art.



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

253 24 do Regimento Interno do CNDM), deliberarão sobre a atualização do Plano. Por fim, foram
254 discutidos novos encaminhamentos, para os quais solicitamos providências à Presidência: 3 1.
255 Solicitar que a SNPM informe mensalmente ao CNDM os eventos internacionais dos quais
256 participará ou que organizará no Brasil e no exterior. 2. A Conselheira Chopely solicitou a esta
257 Câmara Técnica quais encaminhamentos dados à demanda de apresentação da experiência
258 brasileira de participação de mulheres trans no CNDM, no âmbito da XIV Conferência Regional
259 sobre a Mulher da América Latina e Caribe, da Cepal, que ocorrerá entre os dias 5 e 9 de
260 novembro de 2019, em Santiago do Chile. 3. A Presidente da Câmara Técnica solicita que seja
261 formalizado convite para a participação das entidades do Fórum de Mulheres do Mercosul dos
262 capítulos Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai na XIV Reunião de Ministras e altas Autoridades
263 da Mulher do MERCOSUL – RMAAM, que acontecerá em Brasília entre os dias 20 e 22 de
264 novembro de 2019, na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Assina a presidente
265 Janete Asad Macieiro e a relatora Juliana Mendes Rodrigues”. Após à leitura do relatório da
266 Câmara Internacional, a Conselheira Jeanete, reforçou a informação que à Câmara Técnica não
267 tem funcionado corretamente como tem que ser, não está tendo participações, não recebem nada,
268 e não tem nenhuma informação da questão internacional. A Secretária Rosinha, aproveitou para
269 responder alguns apontamentos e demandas: Primeiro, sobre a representação do Itamaraty. A
270 Gestão atual iniciou com a Viviane participando. A Viviane mudou de divisão. Já foi
271 encaminhado ofício solicitando que o Ministério faça uma nova indicação para participação dele
272 no Conselho. A Secretária Rosinha, aproveitou e deixou como tarefa para Juliana Mendes, para
273 fazer a interlocução da SNPM direto com a Assessoria Internacional do Ministério. E que leve
274 cópia desses ofícios e peça para o Dr. Milton, que é o Assessor Internacional, fazer essa
275 interlocução e viabilizar logo a indicação deles, para que na próxima reunião já tenha a
276 representação do Itamaraty. Sobre a SEPIR, a Secretária Rosinha informou que ela tem sido
277 bastante assídua nas reuniões do conselho. Se ouve ausência na comissão, talvez não se tenha
278 atentado a sua participação na câmara internacional. Foi acordado que a SNPM vai correr atrás.
279 A Secretária Rosinha, informou à conselheira Jeanete, que a SNPM, participou até agora de duas
280 ações, de duas atividades dentro das Relações Internacionais. Segundo, sobre a ausência da
281 Sociedade Civil, a Secretária Rosinha afirmou que a SNPM, se comprometeu que isso não irá
282 mais se repetir. Falou que a presidência do Mercosul nesse semestre está com o Brasil. E que a
283 reunião acontecerá aqui em Brasília. Falou ainda que, quando foi feita a mudança de data da
284 reunião, foi porque havia a certeza de que esse evento aconteceria no período da reunião do
285 conselho, por isso foi adiado, para poder contar com a participação das conselheiras no evento de
286 abertura, que será um Fórum sobre a participação das mulheres na política. A abertura da reunião
287 da RMAAM. Será um seminário aberto a participação da sociedade civil e tem a participação
288 dessa sociedade no último dia. O relatório da Câmara Técnica Internacional, foi APROVADA
289 pelo pleno. Próximo item: **Relatório da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano
290 Nacional de Políticas para as Mulheres.** A Conselheira Jureuda, fez a seguinte leitura: Reunião
291 da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Presentes:
292 Secretária Rosinha, Jureuda Guerra, Deusimar Correa, Evelin Cavallini e Lourdes Barreto.
293 Iniciou-se a reunião com leitura do Relatório da 55ª Reunião Ordinária do CNDM. A Secretária
294 Rosinha apresentou à Câmara Técnica uma notificação da Controladoria Geral da União CGU,
295 que informa que não está sendo realizado o Monitoramento do plano que é o resultado da IV
296 Conferência. A CGU apresentou três recomendações: Abrigamentos, acompanhamento do Plano
297 Nacional e principalmente no que se refere a Política Nacional de Abrigamento. A situação
298 refere-se que após cada conferencia, o resultado indicado pelas delegadas eleitas na base e que
299 estiveram presentes na Conferência Nacional, indicariam um Plano Nacional de Políticas
300 Públicas para as Mulheres. Desta Forma, a SNPM está propondo à CNDM, através da Câmara
301 Técnica a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para realizar uma reformulação ao
302 Plano, pois este necessita urgentemente de uma reformulação. Importante: Atrair os resultados
303 da revisão/reformulação do plano que possam ser atrelados aos resultados da V conferência. A



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

304 Câmara Técnica em reunião entendeu que não se está tendo o que monitorar, pois o Plano
305 Nacional não foi colocado em vigor após a IV Conferencia. Desta forma o número de
306 feminicídios, a falta de atenção as políticas de abrigamento e apoio as Mulheres em situação de
307 Violência, precisam ser priorizadas. Desta forma a criação de um GT composto de representantes
308 interministerial e as Conselheiras eleitas da Câmara Técnica de Monitoramento poderiam
309 elaborar um plano substitutivo até a V Conferencia ocorrer e apresentar os resultados da V
310 Conferencia e obter o Plano atualizado. Complementando a fala da relatora Conselheira Jureuda,
311 a Secretária Rosinha, falou do decreto de dois mil e treze, que reformou o último plano que já
312 nasceu com data de vigência até dois mil e quinze, ano da última Conferência. Informou ainda,
313 que na última reunião foi conversado sobre o assunto e a maioria chegou a mesma conclusão de
314 que na visão jurídica esse Plano não tinha mais vigência. Resgatou-se então a memória, também
315 na última reunião, que esse Conselho referendou, ratificou, prorrogou da vigência. Considerou
316 que este Plano ficaria vigente até a realização da próxima Conferência. Isso consta em alguma
317 ata, de alguma reunião, anterior a chegada desta atual gestão na Secretaria. A Secretária Rosinha
318 trouxe como proposta, que fosse feita uma resolução, que daria mais força se isso ficasse feito
319 em resolução, dizendo que o Conselho deliberou que até a próxima Conferência Este Plano que
320 está vigorando. Não foi possível fazer isso na última reunião. A ideia foi fazer a resolução nesta
321 reunião e aprovar no pleno. Nesse período entre a última reunião e essa, chegou o relatório da
322 auditoria anual que é feita nas Secretarias e nos Ministérios, como um todo. Auditoria da CGU
323 fez três recomendações: A Primeira é sobre a questão da publicação de todas as informações a
324 Secretaria e do Conselho que não foram liberadas para o site atual. A segunda, sobre a política
325 de abrigamento que também não foi atualizada. A terceira, sobre o Plano que também não teve
326 nenhuma resposta a duas auditorias atrás. Também, deram a devolutiva de que regimentalmente
327 não há uma previsão de que o Conselho tenha essa força de prorrogar a vigência de um decreto.
328 A Proposta é de um grupo interministerial, apresentar a informação de que o Conselho teria
329 definido em plenário de que esse Plano teria vigência até a próxima Conferência. A participação
330 através de Câmaras Técnicas, a responsabilidade de que revisar o Plano após a compilação dos
331 resultados da próxima Conferência. A conselheira Vanja- UBM reforçou a importância da
332 Câmara Técnica de Monitoramento em debruçar junto a SNPM e estar no grupo interministerial
333 para atualização do Plano Fazer a revisão, não no sentido de mudança, mas a revisão no sentido
334 do que está funcionando, a exemplo do Conselho da Saúde. O Pleno discutiu sobre proposta de
335 resolução. A Ana Rita, representante da SNPM e da CGU, alertou pelos cuidados na verificação
336 dessa resolução que está sendo proposta de se prorrogar um Plano que já não vige mais, ter
337 problemas no controle interno e o gestor ser penalizado. O que se propõem é que, isso foi dito
338 pela CGU, o Plano embora não estivesse em vigor, todos os planejamentos ali definidos estariam
339 sendo seguidos pelas políticas hoje ainda, feita pela Secretaria. Após extenso debate sobre o plano,
340 monitoramento e implementação, foi suspenso o debate com encaminhamento para um pequeno
341 grupo com as conselheiras: Vanja, Lucimara, Andremares, e Cris Kondo para formular a resolução
342 e apresentar ao pleno. Pausa para almoço. A reunião iniciou com a leitura do **Relatório da**
343 **Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento**, pela Conselheira Chopelly. Reunião da
344 Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento Presentes: Chopelly Pereira dos Santos
345 (Presidente da CT), Eunice Aparecida da Cruz (BPW Brasil), Laudelina Inácio da Sirva
346 (Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica), Mara Luzia Feltes (Central Única dos
347 Trabalhadores -- CUT), Telma Nantes de Matos (Organização Nacional de Cegos do Brasil),
348 Bruna Beck da Costa (Ministério da Economia). Ausentes: Maria José Moraes Costa
349 (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores (as) Familiares – CONTAG) e
350 Rayanne Cristine Máximo França (COIAB). As quatorze horas do dia quatorze de outubro de
351 dois mil e dezenove, reuniram-se as integrantes da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento
352 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Na ocasião da 57ª reunião ordinária do
353 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi atendida reivindicação desta Câmara Técnica
354 manifestada em encontros anteriores do colegiado, de que as reuniões do grupo técnico fossem



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

acompanhadas por representante do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que atuasse na área de alocação e acompanhamento orçamentário. Assim, o Sr. Wagner de Souza Meio participou das discussões da Câmara Técnica e pautou as componentes do grupo a respeito da previsão orçamentária global da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) para o ano de 2019, e sobre a execução do orçamento até o momento, considerando apenas as despesas discricionárias (excluídos os recursos vinculados a emendas parlamentares). Em resumo, o Sr. Wagner informou ao grupo que duas ações orçamentárias financiam as atividades da SNPM neste ano: uma destinada à "implementação da casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca" (14XS) e outra voltada à "políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres" (218B). O representante da SNPM informou que o valor global associado a essas ações é de R\$ 3,6 milhões, dos quais boa parte ainda não havia sido empenhada, isto é, não havia sido registrada destinação específica oficial para além da associação a rubricas orçamentárias genéricas. O representante informou ainda que, de acordo com a norma que rege o assunto (Decreto nº 99.711/2019), as dotações orçamentárias deverão ser empenhadas até o dia 06 de dezembro deste ano. As duas ações orçamentárias referidas anteriormente se subdividem, de acordo com o representante da SNPM, nos planos orçamentários discriminados a seguir. e "Construção da casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca -- despesas diversas". A rubrica conta com dotação de R\$ 1,2 milhão, ainda não empenhada (ressalte-se que foram remanejados cerca de R\$ 270 mil adicionais de outros planos orçamentários da SNPM para esta rubrica); Políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres - despesas diversas". Este plano orçamentário está vinculado a dotação de R\$ 100 mil, ainda não empenhada; "Atendimento às mulheres em situação de violência". Dotação inicial de R\$ 189 mil, da qual R\$ 118 ainda não foram empenhados; Programa Mulher: Viver sem Violência - Manutenção da Casa da Mulher Brasileira" Dotação inicial de R\$ 700 mil, da qual R\$ 600.000 ainda não foram empenhados; "Incentivo a Políticas de Autonomia das mulheres". Dotação inicial de R\$ 575 mil, da qual R\$ 475 mil ainda não foram empenhados; e "Promoção de políticas de igualdade e de direitos das mulheres". Apresenta dotação empenhada no valor de R\$ 763 mil, da qual R\$ 469 mil já foram liquidados, isto é, já foram dispendidos, restando cerca de R\$ 296 mil. De acordo com o Sr. Wagner Meio, esta última rubrica financia diárias e passagens de toda a SNPM inclusive os referentes às reuniões do CNDM. O representante esclareceu, ainda, que o valor de R\$ 296 mil está empenhado para esta finalidade e, assim, deverá ser utilizado para o pagamento de diárias e passagens da Secretaria até o final do ano. Ante todo o exposto, esta Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento reivindica que a SNPM apresente com maior grau de especificidade qual será a alocação dos recursos ainda não empenhados. Isto é, que a SNPM apresente os projetos e atividades que esses recursos financiarão. Caso a destinação específica dos recursos ainda não esteja definida, o grupo técnico defende que o CNDM participe dessa definição. Além disso, considerando, como apresentado, que existe um montante de cerca de R\$ 296 mil empenhado para o pagamento de diárias e passagens, que deverá ser desembolsado pela SNPM até o final deste ano, esta Câmara Técnica sugere a utilização dos recursos para o financiamento de outra reunião ordinária do CNDM até o final do ano, para tratar sobre a organização da Conferência Nacional a ocorrer no ano de 2020, e sobre o planejamento das ações do colegiado para o próximo ano. A partir das informações apresentadas pelo técnico da SNPM foi possível identificar que cada reunião ordinária custa cerca de R\$ 100 mil em diárias e passagens. Adicionalmente, tendo em conta que o projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 elaborado pelo Poder Executivo Federal está em análise do Congresso Nacional, esta Comissão solicita que a SNPM apresente a proposta de orçamento para desenvolvimento das atividades da área, esclarecendo qual a previsão de recursos para manutenção do CNDM no próximo ano e, especialmente, para a realização da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Finalmente, as integrantes da Câmara Técnica revisitaram o histórico de discussões e pleitos da atual composição do grupo, em face do processo de eleição das Câmaras Técnicas do CNDM,



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

406 previsto para esta reunião ordinária. O resumo desse histórico é apresentado a seguir: 1. Desde
407 da primeira reunião da Câmara Técnica foi solicitada a presença de técnico em orçamento da
408 SNPM, que só compareceu nesta reunião. A demora no atendimento desse pleito dificultou muito
409 o funcionamento das reuniões da Câmara. 2. Sobre o GTs: No GT da Previdência foi aprovada a
410 realização do seminário sobre os impactos da reforma da previdência na vida das mulheres, o que
411 não foi concretizado. No GT sobre visita aos presídios foi aprovada a composição de comissão
412 que iria visitar presídios femininos, o que não foi viabilizado. 3. Foi aprovado em pleno a
413 realização de reunião extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento para
414 conhecimento do processo de revisão do PPA 2020-2023, tendo sido encaminhado até proposta
415 de data. A reunião também não foi viabilizada. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
416 encerrada às dezessete horas e trinta minutos assinam a ata a presidente Chopelly dos Santos e a
417 relatora Bruna Beck da Costa. Convidada a Sra Heliete que esclareceu sobre orçamento e
418 finanças do MMFDH e as sete Secretarias que compõe o Ministério, os projetos para
419 implementação da Casa da Mulher Brasileira, a assinatura de um pacto junto com o Ministério
420 da Justiça, em um projeto que se chama Enfrente Brasil, os Projetos de enfrentamento à violência
421 indígena, Projeto da Casa da Mulher Brasileira de Boston, Casa da Mulher itinerante do Marajó,
422 ações capacitação e os e rubricas empenhadas e remanejamento, os dados são públicos estão no
423 portal da transparência. Durante a explanação as Conselheiras Chopelly, Mara, Jureuda, Loudes,
424 Eunice, levantaram questionamentos sobre o investimento dos recursos e acompanhamento dos
425 mesmos sugeriram outra reunião da Câmara Técnica em dezembro. Heliete respondeu os
426 questionamentos sobre emenda parlamentar de Minas Gerais, destinação específica para Estado,
427 todas emendas parlamentares passam pelo SICONV, analise junto à Caixa Econômica que licita
428 e tem a técnica para construção. Citou os projetos apresentados por todas as diretorias na reunião
429 anterior, incluiu o “Abraço o Marajó”, esclareceu sobre as duas doações pela marinha, e o recurso
430 será destinado para a adaptação dos navios para a Casa da Mulher Brasileira Itinerante que ficará
431 atracado em Manaus e o outro na região do Pará. Concluiu expondo o esforço para utilizar o
432 orçamento deste ano e o empenho com parlamentar, pedindo as emendas, para desenvolver as
433 políticas públicas. A Secretaria Rosinha passou para a próxima pauta **Relatório da Comissão**
434 **de Normas e Legislação**, relatada pela conselheira Dirlene; Reunião da Câmara Técnica de
435 Legislação e Normas 14 de outubro de 2019 Presentes: Dirlene Marques - Rede Feminista de
436 Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Isis Tavares Neves - CNTE - Cleide Pinto-
437 FENATRAD Cristiane Kondo - Parto do Princípio – Cristiane Britto SNPM- Ana Rita-SNPM,
438 Ausentes: Maria Fernanda Jorquera - Ministério da Justiça - Tatiana - Casa Civil. A reunião da
439 Câmara Técnica de Legislação e Normas foi realizada na sala de reuniões do Conselho Nacional
440 de Saúde no dia 14 de outubro de 2019 das 14h às 18h. As integrantes discutiram sobre as
441 atribuições da referida Câmara Técnica, e os tipos de trabalhos já realizados: acompanhar a
442 tramitação de propostas legislativas em andamento no Congresso Nacional, Assembleias
443 Legislativas e Câmaras Municipais que incidam sobre a vida das mulheres assim como solicitação
444 de pareceres e indicação de prioridades de incidência pela Secretaria Nacional de Políticas para
445 Mulheres indicar demandas para novas proposições, emendas ou substitutivos a serem
446 apresentados no Congresso Nacional Indicar demandas para a elaboração de normativas;
447 acompanhar a implementação e cumprimento de normativas e legislações vigentes diálogo com
448 órgãos de fiscalização, Ministério Público, instituições de pesquisa; indicar de demandas para
449 elaboração de campanhas informativas, ou outras ações acerca de legislação e normas vigentes
450 manifestar-se sobre consultas encaminhadas à referida Câmara Técnica provocar a manifestação
451 do CNDM sobre propostas legislativas e normativas, assim como legislações e normativas
452 vigentes ou revogadas e seus impactos sobre a vida das mulheres solicitar à Secretaria Nacional
453 de Políticas para Mulheres estudos sobre assuntos pertinentes à Câmara Técnicas. Foi realizada
454 uma apresentação breve sobre os temas discutidos na reunião anterior da Câmara Técnica de
455 Legislação e Normas e foi registrado que até o presente momento não houve recebimento por
456 parte da CT sobre respostas da ANVISA e do Ministério da Saúde sobre os Ofícios propostos



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

457 pela CT, aprovados pelo CNDM e encaminhados pela Secretaria Nacional de Políticas para
458 Mulheres em julho de 2019. A conselheira Cleide, representante da Federação Nacional das
459 Trabalhadoras Domésticas indicou a necessidade de criação de normas de segurança do trabalho
460 para trabalhadoras domésticas e a atual lacuna que as vulnerabiliza. Citou diversas formas que
461 afetam o direito das trabalhadoras domésticas à saúde e segurança no ambiente de trabalho: uso
462 de produtos químicos sem proteção adequada, inalação de substâncias tóxicas contidas em
463 produtos de limpeza e também casos de acidentes e adoecimentos: depressão e transtornos de
464 ansiedade devido à intensa pressão e sobrecarga no trabalho, quedas fatais durante a limpeza de
465 áreas externas de janelas. Diante do exposto, a Câmara Técnica indica a necessidade de que haja
466 realização de estudos seguido da elaboração de Normas Regulamentadoras de Segurança no
467 Trabalho para o Trabalho Doméstico. É urgente que as trabalhadoras domésticas também tenham
468 efetivo direito à saúde e à segurança no trabalho, assim como quaisquer outros trabalhadores.
469 Outro assunto abordado e debatido foram os relatos de casos de mulheres que perderam suas
470 vidas, ou perderam seus filhos, ou foram obrigadas a aguardar muitas horas ou sofreram
471 procedimentos invasivos sem anestesia devido aos plantões à distância de anestesista nos
472 hospitais e maternidades públicos e privados. Diante da ausência de normativa específica para
473 plantão de anestesista em serviços de atenção obstétrica, foi proposto um ofício para o Ministério
474 da Saúde e para o Conselho Federal de Medicina Solicitando um parecer técnico desse Ministério
475 acerca da segurança do paciente sob a prática de plantões de sobreaviso e plantões a distância de
476 médicos da especialidade de anestesia nos serviços de saúde de atenção obstétrica públicos e
477 privados. Foi também apresentada e discutida a Resolução n 2.232 de 2019 do Conselho Federal
478 de Medicina que trata da orientação para os profissionais médicos não aceitarem a recusa por
479 parte da mulher grávida sobre procedimentos a serem realizados em seu corpo que possam ser
480 considerados como “abuso de poder dela em relação ao feto” Foram apresentadas formas de
481 procedimentos que são frequentemente realizados em mulheres grávidas sem consentimento:
482 episiotomia, amniotomia, ocitocina, manobra de Kristeller, cesáreas, e ainda a negligência de
483 profissionais de saúde em casos de aborto terapêutico. Diante do exposto, foi proposto que uma
484 Moção de Repúdio recomendando a revogação do parágrafo segundo do artigo quinto dessa
485 resolução fosse elaborada e apresentada ao pleno. Foram discutidos também os possíveis efeitos
486 do Prometo de Lei n o 2.538, de 2019 (n 61/17 no Senado Federal), que "Altera a Lei n 10.778,
487 de 24 de novembro de 2003, com a finalidade de dispor sobre a “./;1/notificação compulsória dos
488 casos de suspeita de violência contra a mulher” que foi aprovado pelo Congresso Nacional e
489 integralmente vetado pela presidência no dia 9 de outubro de 2019. Foram diversas as questões
490 elencadas com grande preocupação pelas conselheiras integrantes da Câmara Técnica de
491 Legislação e Normas, mas por não haver um consenso sobre a alteração da Lei n' 10.778, de 24
492 de novembro de 2003, foi encaminhado que posições qualificadas pró e contra pudessem ser
493 expostas num seminário para que as conselheiras pudessem formar uma opinião e se manifestar.
494 Nada mais havendo a tratar, foi redigida o presente relato por mim, Cristiane Kondo. Por haver
495 alguns assuntos polêmicos a discutir, a Secretária Cristiane pediu a diretora do Departamento de
496 Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Dra Grace para expor na nota explicativa. Após a
497 apresentação a diretora registrou a percepção no empenho de cada Conselheira no sentido de
498 construir algo bonito em conjunto, se colocou à disposição na DEV e relatou algumas
499 experiências enquanto delegada de polícia que cuida de vítimas de violência doméstica dentro e
500 fora da polícia há anos. Apresentou o projeto de Lei. Nº 10.778 de 24/11/2003, que constitui
501 objeto de notificação compulsória em todo o território nacional os casos que houver indícios ou
502 confirmação de violência contra a mulher, atendida em serviço de saúde públicos e privados. Fez
503 breve explicação sobre o veto, o termo indício em linguagem leiga significa probabilidade que
504 não é certeza. O médico vai olhar para a mulher e entender que existe uma probabilidade de
505 violência e fazer uma notificação externa, médico tem 24 hs para avisar delegado de polícia, pelo
506 receio e sem sansão disciplinar não acontecerá. Sugere manter o veto e que a bancada feminina
507 fizesse projeto de Lei em que a notificação policial, que o médico saiba que a violência ocorreu



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

508 e que a mulher realmente está em risco. “Quem rompe o ciclo de violência não é o Estado, é a
509 mulher. É a mulher que rompe o ciclo. Cabe a nós dar um “para” e fomentar tudo que ela precisa
510 para romper esse ciclo.” Após agradecimento e considerações, a continuidade na pauta. A
511 conselheira Cristiane Kondo, leu a Moção ao Conselho Federal de Medicina, houve debate
512 discussão termos técnicos, observou-se que a violência obstétrica não é praticada somente pelos
513 médicos mas também por outros profissionais. Posto em votação, quinze votos a favor e oito
514 abstenções. Aprovado pelo pleno. Próximo item, a Conselheira Isis leu a Moção de aplauso, a
515 respeito do dia do professor, aprovada por unanimidade. A conselheira Jureuda deu continuidade
516 com a leitura da Moção ao Conselho Federal de Psicologia, aprovado com duas abstenções. A
517 conselheira Telma solicitou as conselheiras, a mesa diretora, apoio a moção de repúdio e
518 indignação de uma ação de dois humoristas que publicaram vídeo, “*stand up*” zombando das
519 mulheres com deficiência, preconceito e assédio moral. Aprovada por unanimidade, que seja
520 feita a moção, mesmo que não tenha o texto, com relação a prática desses humoristas mais que
521 desrespeitosa e pela fala das colegas há uma concordância, pedido de retratação e retirada do ar.
522 Com a proximidade do término da reunião a Secretária Rosinha ressaltou a proposta apresentada
523 pela Secretaria à CGU da formação de um grupo de trabalho interministerial e com o Conselho
524 para apresentação do Plano Nacional, pelo avançar da hora não houve quórum, para
525 continuidade e resolução agradeceu a participação de todas e a presença do Ministério da Justiça
526 do Renato Campaneli e Mariane Cortat, ficará como pauta da próxima reunião a informações
527 sobre a situação atual da implantação do Pacto Nacional. **Encerramento:** A Presidente Roseane
528 Estrela, agradeceu a os presentes e declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo a presente
529 ata foi lavrada por mim Maria Crislane Pinto Pereira, conforme a gravação e transcrição desta
530 57ª reunião ordinária.

531

532 Brasília, 16 de outubro de 2019.

533

534 **Cristiane Rodrigues Britto**

535 Presidente do Conselho Nacional dos Direitos

536

537 **Roseane Cavalcante de Freitas Estrela**

538

539 Vice-Presidente do Conselho

540

541 **Maria Crislane Pinto Pereira**

542 Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher